



Nº 30

**“SOBERANIA DA MOEDA, LEGITIMIDADE POLÍTICA
E INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA, UMA
ANÁLISE EM PERSPECTIVA COMPARADA COM
A CONSTRUÇÃO EUROPEIA”**

Jaime Marques-Pereira

Buenos Aires, Octubre de 2000

INDICE

INTRODUÇÃO.....	3
DA PERDA DE SOBERANIA DA MOEDA À CRISE DO TRABALHO	7
O ENGODO DE UMA AUTOREGULAÇÃO DO CAPITALISMO NO DEBATE SOBRE A CRISE DO TRABALHO ..	11
VIOLÊNCIA DA MOEDA E LEGITIMIDADE POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA	14
INTEGRAÇÕES REGIONAIS, POLÍTICA MONETÁRIA E REPARTIÇÃO DA RIQUEZA	17
NO HORIZONTE DAS INCERTEZAS FINANCEIRAS.....	22
BIBLIOGRAFIA	26

Com base numa visão da moeda fundamentada nos ensinamentos da história, esse texto trata de mostrar como a mundialização do capital foi instrumentalizada pelos Estados para basearem sua legitimação na estabilidade do cambio e como a instabilidade financeira e as ameaças que esta implica para a economia produtiva vem recolocando em questão essa legitimidade « monetarista ». Procura-se então fundamentar a hipótese, de cunho normativo, que os problemas de sustentabilidade da política econômica que daí decorrem levantam para a América Latina, mais ainda do que para a Europa, a necessidade de uma organização supranacional dos poderes públicos, dando-lhes a capacidade de exercício da soberania monetária que perderam os Estados-nações no bojo da crise da dívida externa. Nesses termos, define-se a possibilidade de um crescimento de pleno emprego em economia aberta.

INTRODUÇÃO

O debate sobre as implicações sociais da globalização esteve, até hoje, dominado por uma visão economicista que faz das forças do mercado um mecanismo anônimo impondo-se aos Estados, aos atores sociais e aos agentes econômicos. Esta análise encontra-se hoje partilhada tanto por aqueles que enxergam na liberalização dos mercados uma promessa de realização de uma economia de bem-estar, como pelos que fazem do desemprego de massa um dado estrutural, significando o fim de toda possibilidade de uma economia de pleno emprego. A divergência entre essas duas interpretações sobre a idéia de coesão social concentra-se sobre a questão de saber se o assalariamento da população ativa pode ou não ainda ser considerado como seu fundamento institucional. Nos termos em que vem sendo levado o debate, este tem sobre a opinião pública o efeito de um jogo de espelhos que acaba ocultando o essencial, isto é, a redefinição da relação privado/público que se opera no bojo do processo de globalização. Esta redefinição induz uma nova economia política internacional que levanta a questão central da soberania dos Estados e da moeda. Trata-se de uma dimensão chave da globalização da qual é necessário pôr a luz do dia a dinâmica – econômica e política – para visualizar quais são os possíveis futuros da sociedade salarial, tanto no Norte como no Sul.

As diferenças de posições de doutrina em matéria de política social limitam-se essencialmente ao papel considerado fundamental ou residual que lhe é atribuído ao mercado, visto como sendo ou não capaz de assegurar o bem-estar para todos. Essas diferenças reduzem-se a pouca coisa na prática governamental, pois seria imprescindível – eis doravante o grande lema – que a gestão dos problemas sociais não venha em nada perturbar o funcionamento « natural » dos mercados. A discussão limita-se portanto à eficácia do quadro regulatório da economia, aos critérios de racionalidade do modelo neoclássico do mercado auto-regulado, ocultando-se assim que a moeda não é uma função econômica politicamente neutra mas também é uma técnica de governo das sociedades. O uso que fez dela a finança global conferiu-lhe sobre os Estados-nações um poder, redefinindo profundamente a soberania, não apenas no que se refere ao exercício da política monetária mas igualmente da política econômica e social.

Este aspecto da globalização, ignorado por uma visão fazendo dela uma vitória do econômico sobre o político, manifesta-se hoje com toda a força nas crises financeiras. A redefinição das responsabilidades da esfera privada e da esfera pública nos novos regimes monetários que constituíram-se na globalização começa a revelar-se problemática. As crises financeiras evidenciam as dificuldades, simultaneamente econômicas e políticas, de preservar a « qualidade » de uma moeda, tal como esta é identificada ao princípio de racionalidade econômica, o qual vem assim demonstrando sua incapacidade de se impor como soberano do mundo real. Os problemas de sustentabilidade de uma política econômica manifestem na verdade o caráter ilusório de tal projeto uma vez que desmorona a credibilidade de uma política monetária que os guardas da ortodoxia estimavam perfeitamente racional, não encontrando estes em tais circunstâncias outra explicação que taxar os próprios mercados de irracionalidade quando a especulação ameaça provocar uma crise do sistema financeiro internacional.

Os disfuncionamentos dos mercados financeiros emergentes, que multiplicaram-se desde a crise do México de dezembro 1994, puseram a mal a credibilidade das políticas econômicas responsáveis pela importância que adquiriram no cenário mundial. Para além das dúvidas dos operadores financeiros, recoloca-se em questão, pelo menos para esses países, a validade da tese de uma estabilidade monetária obtida por políticas ditas passivas, isto é, seguindo as forças do mercado. O impacto negativo que essas tem sobre as rendas do trabalho e sobre a demanda de bens de salários não é mais tomado em consideração. Tratar-se-ia apenas de um problema de ordem social que não deve ser considerado tema de política econômica. Sem dúvida, não se pode falar – até prova do contrário – de uma crise de crescimento de demanda nos países desenvolvidos mas fazer tal diagnóstico para os países latino-americanos não se impõe com a mesma evidência. O show consumista que gerou a desinflação não passou do que poderia ser chamado de bolha de acumulação produtiva de origem financeira. As conseqüências sociais da política monetária devem neste continente ser portanto consideradas como uma questão econômica de forma imediata.

A crise monetária é na região a expressão de um *stop and go* que a finança imprime ao processo de acumulação produtiva através dos desequilíbrios das contas externas e/ou públicas que ela provoca. O peso desmedido que adquiriu a finança na América Latina não remete apenas a mundialização do capital; ele também se explica por fatores endógenos, isto é, as extremas desigualdades na repartição da riqueza. Desde esse ponto de vista, cabe considerar que a financeirização extrema do continente tem suas raízes nas origens do esgotamento da industrialização por substituição de importações que levaram a uma economia de endividamento internacional devido a um potencial de acumulação limitado por uma estrutura de consumo excessivamente concentrada nas camadas de alta e média renda. A financeirização a que conduziu a gestão do serviço da dívida externa levou então, como se sabe, a uma redefinição da inserção internacional dos sistemas produtivos e dos regimes de acumulação apontando hoje duas vias possíveis (Marques-Pereira e Theret, 1997). Aquela do Mercosul que continua sendo um via de crescimento *hacia adentro*, ou melhor dito, *desde adentro*¹, já que ela se desenvolve agora em economia aberta e requer doravante mercados de extensão continental. E aquela de uma integração subordinada ao mercado norte-americano, para a qual apenas o México foi até hoje convidado, mas da qual sonhou o resto da América Latina, mesmo que saiba o proveito alternativo que ele pode tirar da economia brasileira como motor de uma integração do continente. Essas duas vias de inserção internacional não representam potenciais equivalentes de geração de emprego, mas para que o primeiro

¹ A expressão é de Osvaldo Sunkel, 1990.

possa vir a se verificar, é imprescindível desfazer-se da hipoteca financeira, o que levanta o problema da hegemonia do modelo neoclássico no debate científico e no debate político já que esta impede qualquer discussão sobre uma política monetária que faça de um novo ciclo de assalariamento da população ativa e de desenvolvimento dos direitos sociais uma alavanca da volta ao crescimento e de sua estabilização.

O debate sobre a sustentabilidade de uma política econômica ultrapassa, nesse sentido, a discussão sobre as vantagens e inconvenientes das diferentes políticas de cambio para ganhar a confiança dos operadores financeiros. Fora do episódio da crise da serpente monetária europeia de 1992, esta discussão pareceu limitar-se aos mercados qualificados de « emergentes » desde que foram abertos a finança internacional. A América latina encontrou-se naturalmente no centro do debate, pois a reversão da desconfiança² a seu respeito era eminentemente relativa. Desde a crise asiática, a questão da sustentabilidade revela-se brutalmente em toda a sua universalidade pelo temor de ver as crises financeiras propagarem-se aos países desenvolvidos y desencadear em neles um ciclo deflacionista. Com certeza, a liberalização dos mercados significou nas economias semi-industrializadas uma fragilidade que lhes é própria : o dilema estabilidade monetária/competitividade ao qual ela os condenou. Mas o fundo do problema é o mesmo nos países desenvolvidos. A soberania perdida dos Estados sobre a moeda é, nesse caso igualmente, o que pode estar na raiz de uma entrada em crise eventual das crenças³ que a finança global perpetue até hoje na possibilidade de sua contínua valorização. Evidentemente, o que ocorrer nos mercados emergentes não deixa de ser importante, mas, de forma independente de possíveis efeitos de contágio, essas crenças estarão submetidas a prova de fogo quando, pelo menos na Europa, testar-se-á o poder de convicção dos discursos « monetaristas » para fazer admitir que o ajuste do custo do trabalho acaba sendo o único instrumento regulador de que dispõe o poder nacional quando se defronta a uma degradação da competitividade.

Segundo o discurso econômico dominante, os disfuncionamentos dos mercados financeiros suscetíveis de propagarem-se nos países desenvolvidos não tem suas raízes numa liberalização excessiva. Os problemas que esta pode colocar podem ser neutralizados graças a um fortalecimento das regras bancárias de forma a garantir melhor a transparência dos mercados e prevenir o risco de uma crise do sistema financeiro internacional. Apenas pode se crer que tais regras permitirão de fato consolidar a credibilidade das políticas monetárias esquecendo-se que trata-se de políticas no sentido próprio do termo, o que implica considerar, que a confiança na moeda é um problema de soberania e portanto também de legitimidade. A autoridade monetária será sempre ligada ao poder político. A aliança entre um e outro é indissolúvel, qualquer que seja o grau de autonomia de um banco central (ou de um *currency board*), pois a moeda (e a estabilidade dos valores que ela nomeia) é um bem coletivo cuja utilização não

² No texto original em francês, usa-se a palavra de « *déméfiance* », expressão proposta por André Orléan, 1998. As políticas monetária passivas na América Latina constituem uma clara operação de reversão de desconfiança. Procura-se de fato exorcizar a desconfiança dos operadores financeiros sempre prontos a achar que as autoridades monetárias podem sucumbir ao laxismo. A operação de restauração da confiança consiste em delegar parte da soberania monetária aos operadores privados pela via da desregulação financeira e comercial, a garantia de estabilidade da moeda repousando então na crença que a autoridade monetária, e atrás dela, o Estado, oferecer-lhe-ão o juro que eles exigem para assegurar o equilíbrio das contas. Crença que é também de natureza política, pois supõe que o Estado será capaz de fazer suportar o preço a sociedade e de remediar as falhas do mercado que daí resultam.

³ O termo de crença, aludindo a uma dimensão por assim dizer religiosa das antecipações dos operadores financeiros, é aqui usado de propósito para destacar os fundamentos sociais da dimensão simbólica de uma atividade financeira ou de qualquer relação econômica monetarizada, isto é, fazendo uso do recurso simbólico que a moeda não deixa de ser entre nós, mesmo que o fato seja considerado digno de olhar científico apenas no que se refere a moedas de sociedades primitivas, como se não continuasse sendo o caso também na sociedade moderna.

se restringe aos operadores financeiros mas abrange também o resto da população. Assim sendo, é igualmente necessário que esta, no seu conjunto, acredite nas benesses da política monetária.

Encarada desde esse angulo, a análise das condições de saída do impasse no qual se encontra hoje América Latina ganha em ser levada numa perspectiva comparativa com Europa. Aclaram-se desta forma as dimensões sociais que reveste a soberania da moeda desde que sua territorialidade não é mais apenas circunscrita por fronteiras nacionais mas depende igualmente doravante daquelas que desenham os processos de integração. Uma visão da moeda que procura resgatar seus aspetos sociais e políticos leva a pensar, no caso da América Latina, que a instabilidade financeira e as ameaças que esta comporta para a economia real levantam, mais ainda do que para o caso europeu, a necessidade de considerar a possibilidade de instituir um novo regime supranacional de organização dos poderes públicos que lhes devolva a capacidade de exercício de uma soberania monetária. As apostas políticas que abrem a adoção do euro fazem de tal perspectiva o quadro de uma possível regulação econômica mais favorável ao emprego. A questão do desemprego pode ainda não revelar a importância como tema eleitoral que apresenta na Europa, mas o futuro da América latina parece estar se decidindo com bem mais gravidade ainda que no velho continente entre os problemas de credibilidade das políticas monetárias e aqueles que afetam a legitimidade dos Estados.

Analisar nessa perspectiva a crise do trabalho⁴ leva a ampliar o quadro de referencia normativo do debate sobre a questão do emprego, não apenas aos problemas de sustentabilidade das políticas econômicas privilegiando a finança em detrimento da esfera produtiva e do social mas também dos problemas de legitimidade que estas colocam aos Estados-nações. Na convergência de uns e outros, os problemas de credibilidade das políticas monetárias devem ser vistos como uma questão de governabilidade remetendo as implicações sociais das integrações econômicas. A coordenação institucional que estas suscitam na América Latina se restringe por hora ao terreno meramente comercial, colocando-se então a pergunta de saber se existe ou não qualquer possibilidade de ver a negociação ter de se estender a uma deliberação política sobre a convergência macroeconômica e sobre as perspectivas de geração de emprego e renda que abrem as diversas modalidades concebíveis de inserção internacional ?

Para desenvolver essa questão, seguiremos o plano seguinte.

- ♦ Lembramos, para começar, os encadeamentos econômicos que ligam a renúncia por parte dos Estados-nações ao exercício da soberania monetária com a crise do trabalho nos países desenvolvidos por ser nesta parte do mundo que a hegemonia da finança se organizou e que se moldou o quadro de referência teórico do debate sobre a crise do trabalho.
- ♦ Mostrar-se-á que os termos do debate nos quais essa crise é pensada revestem uma importância estratégica do ponto de vista ideológico na medida em que eles dissimulam as raízes políticas e as

⁴ Na América Latina, cabe considerar que a reprodução da sociedade também repousa na predominância da relação salarial a despeito de taxas de assalariamento da população ativa substancialmente inferiores aquelas dos países desenvolvidos. Consideramos que o que é chamado de « economia informal » não limita a sociedade salarial a uma população vivendo de empregos formais ? isso, essencialmente por três razões : primeiro, porque esses estruturam a mobilidade do trabalho ; segundo, porque os estatutos de emprego e as relações de trabalho, sejam eles formais ou não, estabelecem-se com base em normas sociais cuja referência implícita é a legislação do trabalho ; e terceiro, porque o mercado das atividades informais (pequenas e médias empresas, trabalhadores autônomos) é nivelado pela economia formal, seja no caso de subcontratação seja naquela de consumo final. Para maiores desenvolvimentos, vide Lautier, 1994.

conseqüências sociais das escolhas monetárias. Ao enquadrar o discurso político que permite legitimá-los, este debate cria um consenso sobre o fato que a melhor gestão da moeda é aquela que operam os próprios mercados, gerando-se a ilusão de um capitalismo capaz de autoregular-se.

- ♦ Analisar-se-á a seguir mais particularmente a interação entre legitimidade política e regime monetário que põe a luz do dia a seqüência da hiperinflação à desinflação que conheceu América Latina. Trata-se, a nosso ver, de um caso de escola que visualiza ao extremo como essa interação esta na raiz da reorientação neoliberal da política econômica e de seus problemas atuais de sustentabilidade.
- ♦ Precisar-se-á então a contradição entre a perda de soberania monetária dos Estados-nações e uma integração latino-americana baseada em um padrão de desenvolvimento *desde adentro* que pode vir a constituir o Mercosul da mesma forma que a União Européia pode vir a reinventar numa escala continental uma forma de regulação econômica keynesiana que valorize a herança do Estado-providência.
- ♦ Para concluir, assinalamos que a hipótese de ver os Estados-nações negociar no quadro das integrações econômicas um exercício repartido de uma soberania monetária que controle a finança e a faça voltar à razão⁵, longe de ser descabida à luz da historia longa das relações entre Estado e capitalismo, representa uma eventualidade que não pode ser *a priori* excluída num contexto no qual a credibilidade das políticas monetárias vai fragilizando-se e torna-se, portanto, cada vez menos capaz de sustentar a legitimidade política. Essa conclusão explicita o objetivo aqui procurado : o pior não sendo o mais certo, tratamos de explorar por onde passa uma trajetória que realizaria a bifurcação da historia latino-americana rumo a uma redução das desigualdades.

DA PERDA DE SOBERANIA DA MOEDA À CRISE DO TRABALHO

O termo de globalização tem apenas sentido retórico se for assimilado à força dos mercados, assim transformados de maneira abusiva em sujeito histórico. Faz-se passar desta forma mecanismos de ajuste preços/quantidades e de coordenação dos agentes econômicos por uma racionalidade utilitarista dos indivíduos, supondo-se assim que a dinâmica política é uma questão separada da história econômica. Uma vez que se toma em consideração as relações de poder e as normas sociais sobre as quais repousa o funcionamento dos mercados, torna-se necessário partir, ao oposto, da premissa que o capitalismo não é hoje mais desprovido do que ontem de inscrição territorial. A globalização econômica – vale lembrar – se restringe a uma mundialização do capital e a novas modalidades de internacionalização da produção e dos mercados. Essas mutações do capitalismo não sugerem de maneira alguma que este possa se desfazer de uma âncora política-territorial, mesmo se o espaço « nacional », visto enquanto território sobre o qual se exerce o poder público, é suscetível de variar na sua delimitação, como o mostra explicitamente o exemplo europeu. Os territórios sobre os quais se fixam os mecanismos de mercados podem mudar, com toda evidência, de natureza e de escala. Nesse sentido, a questão da globalização

⁵ A tradução da expressão francesa « arraisonner » não permite resgatar esse duplo sentido de controlar e tornar racional. A possibilidade de “arraisonner la finance” pode ser considerada em momentos de crise financeira que recolocuem radicalmente em questão os critérios de julgamento dos operadores financeiros (ver Lordon, 1997).

econômica deve ser vista como uma recomposição territorial do capitalismo acompanhando-se bem mais de uma redefinição que de uma redução do papel dos Estados na organização da sociedade e da economia.

A liberalização dos mercados levando a mundialização do capital e a sua financeirização, longe de constituir uma mecânica puramente econômica, é uma transformação histórica desencadeada por uma série de decisões políticas nacionais e internacionais que elevaram a rentabilidade das aplicações financeiras, remediando desta forma ao declínio dos lucros da esfera produtiva que põe fim ao ciclo de crescimento keynesiano dos trinta anos seguindo a segunda guerra. Essa mutação do capitalismo inicia-se pelo abandono do sistema monetário internacional de Bretton-Woods. Nesse contexto em que os mercados internos não ofereciam mais as perspectivas de expansão até então sustentadas pelo assalariamento progressivo da população ativa e pela ampliação daí decorrente do consumo de massa, o abandono de uma fixação politicamente negociada das paridades de câmbio abre a via, num primeiro momento, a uma nova concorrência das economias nacionais através das desvalorizações competitivas visando ganhar partes do mercado mundial. A estagflação que seguiu levou ao crescimento dos déficits públicos. Financiá-los apelando aos mercados financeiros só foi possível instaurando uma nova norma de política econômica – a desinflação dita competitiva – que garantisse a rentabilidade do capital financeiro. A liberalização comercial e financeira passava por esta nova norma de gestão da economia implicando que os Estados renunciassem, na verdade, ao exercício pleno da soberania monetária e promovessem a hegemonia da finança global⁶. Esta se estende não apenas aos Estados que lhe deleguem o poder de sancionar suas políticas. A esfera produtiva torna-se igualmente dependente da finança global, assim como o evidencia a crescente importância do financiamento pela bolsa dos investimentos, o que confere aos detentores de títulos o poder de fixar a norma de gestão da empresa, impondo desta forma a redução dos custos a marcha forçada. E antes de mais nada, dos custos de trabalho.

A financeirização da economia, tanto pública quanto privada, acaba reduzindo o potencial de crescimento e de criação de emprego. Os investimentos produtivos públicos não podem mais progredir, os Estados tendo-se condenados a austeridade orçamentária que leva a diminuir a imposição do capital num contexto de concorrência fiscal. Por sua vez, os investimentos produtivos privados não podem mais apoiar-se, como dantes, sobre uma expansão da demanda garantida pela dupla progressão do emprego e dos salários que eles mesmos geravam e que as políticas econômicas e sociais fortalecia. Redução do custo do trabalho, austeridade orçamentária, e política monetária restritiva suspenderam esse círculo virtuoso de crescimento do passado. A concentração do capital produtivo torna-se agora, ainda mais que antes, a condição de sua rentabilidade, pelas economias de escala e pela consolidação de posições oligopólicas que autoriza. A concentração, tendo que acelerar-se por força do acirramento da concorrência, passa a depender doravante do financiamento pelas bolsas das reestruturações patrimoniais realizadas por compras e fusões. A redução dos custos deixa assim de ser percebida apenas como uma condição de elevação dos lucros, ela torna-se uma medida do valor de mercado dos ativos da empresa.

⁶ A soberania, da mesma forma que qualquer idéia jurídica, remete sempre a um ideal que nunca se verifica perfeitamente no mundo real. « A história forjou um conceito que é, por natureza, complexo, composto, incerto, plural, nos significados que reveste » (Badie, 1999, p.83). O pleno exercício da soberania monetária por parte do poder público a que nos referimos remete mais precisamente a possibilidade dele praticar uma política monetária ativa, isto é, de fazer dela um instrumento de política econômica e social graças ao qual a finança pública não fique completamente submissa ao império da finança privada, o que vem ocorrendo com a globalização. Assim mesmo, enquanto equivalente geral instituído e garantido por uma entidade tendo autoridade sobre a coletividade dos agentes econômicos, a moeda nunca pode deixar de ser um signo da soberania do poder público. O problema é então da relação entre esferas pública e privada, sendo que a separação absoluta entre uma e outra é por definição impossível (cf. Habermas, 1979).

A hegemonia da finança aparece portanto bem mais responsável da precariedade do trabalho do que o seriam diretamente as novas tecnologias e formas de organização produtiva⁷. Deve-se, neste sentido, opor ao círculo virtuoso de crescimento keynesiano este círculo vicioso que vem se conformando entre a finança, a produção e o social no bojo da renúncia dos Estados ao exercício pleno da soberania monetária. Globalmente, a financeirização significa um crescimento das capacidades de produção menos rápida do que aquela da produtividade do trabalho uma vez que a norma de rentabilidade impõe de reduzir seus efetivos e sua remuneração, obstaculizando assim a expansão da demanda, o investimento de renovação técnica crescendo então mais rapidamente que o investimento de capacidade.

Nesta perspectiva, a questão de saber se a hegemonia da finança é irreversível não irá apenas decidir-se no plano da política internacional em que ela foi edificada – a chamada diplomacia do dólar (Tavares e Fiori, 1997) mas também em função das contradições futuras de uma regulação econômica marcada pelas evoluções dificilmente previsíveis da opinião financeira global. Deste ponto de vista, América Latina e Europa apresentam-se como duas formas polares : a primeira aparenta-se a um caso de escola da reversão da confiança que pode inspirar por tempo determinado moedas particularmente pouco soberanas enquanto a segunda levanta a questão do grau de confiança que pode obter a unidade de conta de uma zona monetária unificada diante dos possíveis conflitos relativos a repartição e delimitação do campo da soberania econômica entre os poderes públicos e privados que regem seu território. Tanto num caso quanto no outro, a irreversibilidade da hegemonia da finança não pode ser desde já considerada como garantida.

A fragilidade financeira dos mercados emergentes não põe somente à luz do dia os problemas de sustentabilidade das políticas de estabilidade das paridades de câmbio que se espera assegurar confiando no jogo das forças mercado. As crises monetárias às quais levaram essas políticas recolocaram *de facto* em questão a tese que a liberalização dos mercados teria por si só a virtude de estabilizar os equilíbrios macroeconômicos nos países semi-industrializados. Os problemas de credibilidade não se limitem ao dilema estabilidade monetária/competitividade. A liberalização comercial – sem discriminação setorial e sem política industrial – desenhou um cenário financeiro, considerando as « antecipações racionais » dos investidores, que rapidamente revelou-se uma crônica anunciada do déficit externo e/ou orçamentário e das oportunidades assim criadas de ganhos substanciais. Não existia nesse cenário, que revelou a crise mexicana, outra alternativa para quem decide da política monetária que aquela de confortar esses ganhos. A lição que se deve tirar é de uma valorização do capital pelo

meio do desequilíbrio macroeconômico, tal vez não programado mas com certeza previsível. O problema é que esta previsão, para prosseguir sendo validada, implica que se mantenha a crença na imunização da credibilidade da política econômica aos eventuais problemas de legitimidade política, o que vem demonstrando a experiência latino-americana que analisamos mais adiante.

Esta deixa claro que a curva exponencial de desequilíbrios macroeconômicos não é o único fator desestabilizador da confiança numa moeda. Ela é, sem dúvida, um elemento fundamental mas não existe

⁷ Cabe lembrar que esse processo de consolidação da hegemonia da finança global solapou as tentativas de restauração econômica levadas na Itália e no Norte da Europa que, durante os anos oitenta, tinham conseguido fundamentar ganhos de competitividade esboçando uma via de flexibilidade produtiva socialmente positiva baseada em formas de organização do trabalho negociadas que permitiam uma progressão da produtividade suficiente para garantir o aumento simultâneo dos salários e do emprego por uma lado, e das margens de lucro com preços competitivos, por outro lado (Leborgne e Lipietz, 1992).

nenhum critério objetivo que ditaria « racionalmente » a reversão das antecipações decidindo da desconfiança que desencadeia a crise ou da volta da confiança que permite sair dela⁸. O problema não se restringe apenas aos mercados emergentes. Ele abarca mais amplamente a confiança na moeda, no sentido de saber se esta pode se tornar efetiva sem se sustentar na soberania política ou se pode imaginar que uma moeda venha a ser soberana por si própria. As ameaças que pairam sobre a credibilidade da política monetária europeia atestam que a questão ultrapassa o caso das moedas periféricas.

A questão da soberania da moeda deve ser apreciada à luz da história longa que assinala que esta é apenas um instrumento credível das transações comerciais e financeiras na medida em que ela « expressa e conforta os valores globais de uma sociedade » (Aglietta e Orléan, 1998). Trata-se de uma visão da moeda que se opõe evidentemente à concepção que tem dela a teoria econômica tradicional. Ela implica relacionar a questão da confiança na moeda com aquela de sua legitimidade. A importância de uma concepção da moeda fundamentada numa perspectiva histórica é de nos lembrar que sua legitimidade está na base da confiança que nela se deposita e que esta identifica-se então a sua soberania⁹. Num nível mais empírico, isso significa que sua relação com a legitimidade política vale também, na hora atual, no sentido inverso daquele que expressa a desconfiança intrínseca que a finança tem *vis-à-vis* de qualquer forma de intrusão política.

Esse sentido inverso, ou seja, o embasamento monetário da legitimidade política, não é perceptível de forma imediata. Marx tinha entendido o império do dinheiro no plano simbólico num tempo em que este apenas começava em afirmar sua vocação a dominar o conjunto da vida social. Ele teorizou, como se sabe, esta dimensão da relação salarial. A ciência política e a sociologia poderiam ter-se inspirado desta análise para considerar o que implica na evolução da ordem política a monetarização da vida social. Ao se focalizar nos mecanismos de legitimação do Estado que remetem ao desenvolvimento da cidadania política e social, essas disciplinas acabaram perdendo de vista, tanto quanto a economia política, esta dimensão societal do dinheiro, no entanto já decifrada com o brilho que se sabe por Simmel no início deste século. Assim sendo, não é de se estranhar que as ciências sociais mal conseguem hoje perceber que as crises do trabalho e da proteção social levantam a questão da relação entre moeda e legitimidade política, mesmo que a « boa » gestão da política monetária seja hoje o « alfa » e o « ômega » dos discursos governamentais, índice patente de que a legitimidade das políticas neoliberais se resolveu em parte no plano monetário. Ao analisar seus mecanismos, evidencia-se também o quanto esta revela-se estruturalmente frágil.

⁸ O nível de déficit julgado aceitável varia empiricamente de uma crise a outra, revelando que a norma de política econômica e os critérios de sua credibilidade são uma construção coletiva dos operadores avaliando as probabilidades de sustentabilidade econômica e política das escolhas monetárias de cada país numa conjuntura dada. O que explica aliás a dificuldade da teoria econômica tradicional em definir critérios incontestáveis de sustentabilidade da política econômica por taxas de câmbio de equilíbrio (Lordon, 1997).

⁹ A história nos ensina que o Estado moderno se firmou como « Estado de finança » ao dar perenidade ao levantamento do imposto, permitindo desse modo a expansão do gasto público, e como esta transformação da ordem política foi possível porque a moeda se torna então, junto com o direito e a filosofia política, um *médium* simbólico que serve de suporte tanto à reprodução do poder político quanto do poder econômico, levando a que o Estado e o capitalismo se afirmem no mesmo movimento. A moeda é soberana numa sociedade moderna porque a confiança nela assenta-se não apenas na função de prestador de última instância assumida pelo banco central mas também na legitimidade do Estado, uma e outra sendo garantidas por sua vez pela finança pública. A garantia que a moeda preenche direito sua função econômica na acumulação privada é, desta forma, indissociável da garantia que ela desenvolva sua função política assegurando – no sentido literal da palavra – a dívida social. (Théret, 1999)

O ENGODO DE UMA AUTOREGULAÇÃO DO CAPITALISMO NO DEBATE SOBRE A CRISE DO TRABALHO

Nas aparências, os Estados não teriam hoje outra escolha que conformar-se aos dítames dos mercados. Os discursos governamentais apenas podem aderir a argumentação liberal sobre a capacidade do capitalismo de autoregular-se e maximizar desta forma o bem-estar social. Este último acaba sendo assimilado a uma mera correlação de grandezas econômicas : o nível de emprego e dos salários não seria mais que uma variável do nível de competitividade de uma economia cuja capacidade em atrair investimentos seria, por sua vez, apenas função de seu grau de liberalização, da estabilidade da moeda e do equilíbrio do orçamento público. Mesmo quando essa seqüência de condições da eficácia social da regulação de mercado parece dificilmente alcançável aos olhos da população, a idéia que não existe outra política econômica possível continua, assim mesmo, prevalecendo. Tal sentença assenta-se facilmente nas representações coletivas já que são raras as críticas ao pensamento neoliberal que o contestam e procuram as vias de uma alternativa. Em regra geral, a crítica ao neoliberalismo que tem eco na opinião pública limita-se a denunciar seus efeitos socialmente perversos. Ela não oferece outra perspectiva econômica que aquela pregada pelas idéias neoliberais mesmo quando marca sua diferença no plano da política social ao consignar-lhe a tarefa de evitar a instalação definitiva de uma sociedade dual.

Tal percepção da mudança histórica do que significaria a globalização reduz, na verdade, a crise do trabalho a que esta levou a um problema meramente sociológico. Esta é hoje a visão dominante sobre a qual convergem tanto a interpretação liberal quanto a crítica denunciando o horror da globalização econômica. Se para uns, o desemprego e os baixos salários são apenas resultado das resistências sociais em conformar-se à flexibilidade do mercado de trabalho, para outros, esta é doravante considerada como uma restrição econômica incontornável que os Estados e os trabalhadores estão condenados de aceitar, o problema sendo então de uma resistência a uma reforma do sistema de proteção social que deveria desconectá-lo do emprego assalariado e reorientá-lo sobre a luta contra a pobreza extrema e a exclusão social. A necessidade de adequar a gestão da economia e do social às leis do mercado torna-se assim objeto de um consenso num meta-nível, considera-se ou não que este assegure a sobrevivência dos indivíduos.

A idéia do fim do trabalho valida o argumentação liberal de uma necessária desconexão entre o político e o econômico. O pensamento liberal sempre viu a intervenção do Estado na economia como sendo forçosamente errática. A tese do fim do trabalho a percebe como sendo doravante inútil, ou mesmo contraprodutora, por força das mutações estruturais do capitalismo atualmente em curso. Um e outro conceito fazem da autonomia do econômico *vis-à-vis* do político um feitiço. Este não tem, com certeza, o mesmo estatuto teórico num e noutro caso. Para o pensamento liberal, trata-se de um paradigma, para a sua crítica dominante, a necessidade de limitar a intervenção do Estado resulta de uma autonomização das relações econômicas que teria doravante ultrapassado o estágio em que a política ainda podia antes as direcionar. Logicamente, uns e outros encontrem-se no terreno da política focalizada na pobreza. Que os pobres sejam tidos por responsáveis ou por vítimas de sua exclusão do mercado de trabalho, eles tendem a serem vistos como única meta pertinente de política social.

Ao oposto do pensamento liberal, a tese do fim do trabalho afirma no entanto que o Estado deve continuar a limitar o império da economia de mercado sobre a sociedade mas tal tarefa não pode mais repousar, como no passado, em sua participação ativa na regulação das relações econômicas de modo a fazer delas a base da coesão social. O zelo do Estado em preservar a sociedade de uma total mercantilização apenas pode exercer-se nas margens da economia de mercado pois esta teria se transformado numa espécie de sistema browniano sobre o qual a vontade política deixa de ter qualquer impacto que possa melhorar sua eficiência. O zelo do Estado em matéria social deve então dar lugar a uma política doravante diametralmente oposta aquela do Estado-providência cuja eficácia social residia na sua capacidade de incidir na regulação econômica. A relação da política social à economia de mercado volta a ser uma simples questão de direitos do homem, pensados na lógica dos direitos de propriedade, ignorando-se a diferença intrínseca entre uns e outros que manifestam assim mesmo em toda a sua evidência o desemprego e a precariedade. A idéia de direitos sociais desaparece nesta concepção dos direitos do homem que se limita a pretender garantir a sobrevivência daqueles que nem conseguem valorizar a única coisa que possuem - suas forças de trabalho.

Em sua versão renovada, a política social deve oferecer uma solução ao problema da sobrevivência que evita a armadilha do assistencialismo. Essa renovação declina-se a partir das antigas percepções das causas da pobreza que remetem aos velhos debates que presidiram a invenção dos direitos sociais. A visão da pobreza sob o prisma da responsabilidade individual - que o assimilava a uma escolha patológica pela preguiça ou pela imprevidência - vem reproduzindo-se no debate atual. A crítica que foi feita desta concepção no final do século passado com base na noção de risco social implicando a responsabilidade coletiva é hoje declarada ultrapassada. A diferença de diagnóstico do problema levava então a opor a solução da caridade e a universalização da cobertura dos riscos de cair na pobreza, decorrentes do mercado. Os diagnósticos atuais são bem menos divergentes : por um lado, uma análise individualista da pobreza que desemboca na idéia de uma renda mínima de inserção, garantida o tempo necessário ao aprendizado que permite se integrar na economia de mercado ; por outro lado, uma análise da exclusão social resultante da economia e que apela a institucionalização de uma renda mínima de cidadania. Esta versão de esquerda de uma técnica de gestão dos problemas sociais - inventada, diga-se de passagem, pela crítica liberal do Estado-providência dando lugar a teoria do imposto negativo - propõe da mesma forma que sua versão de direita transformar os pobres em micro-empresários¹⁰. Nessas posições de esquerda, prega-se a necessidade em organizar uma outra economia, qualificada de solidária. Para aquelas de direita, trata-se apenas de dotar os pobres das qualificações que lhes permitiriam se inserirem ao mercado. Muito provavelmente, sobrarão a cargo da sociedade uma escória de indigentes colocando em perigo a segurança pública, velha tematização da pobreza que se encontra hoje, no mais das vezes, incluída na nova agenda social-democrata.

Cabe ressaltar que o debate colocado nesses termos presuppõe e faz crer que, depois de meio século de enquadramento público do funcionamento dos mercados, o assujeitamento dos Estados às potências financeiras significaria o fim da longa história conjunta do Estado e do capitalismo. A idéia de uma autonomização definitiva e total do econômico, como se ficasse agora composto de práticas sociais desprovidas de qualquer dimensão política, aparenta-se a um engodo, no sentido próprio do termo, isto é,

¹⁰ Para que a idéia de uma sociedade de atividade para todos não leve a uma sociedade dual, é necessário que sejam regulados os mercados de trabalho oferecendo hoje ocupações transitórias associadas a estatutos precários, o que levanta o problema da organização dos fluxos de mobilidade bem como aquele do valor monetário do tempo liberado pela redução da jornada de trabalho e que pode ser investido em atividades de utilidade social ou de aprimoramento individual (Gazier, 1999).

tal foi consagrado na estética barroca - um efeito de perspectiva que faz parecer real o que é apenas uma representação imaginária, ou seja nesse caso, uma percepção social guiada por representações teóricas. A visão liberal da maior eficácia de uma economia orientada pelas leis do mercado em relação aquela que obedece a imperativos políticos impõe-se como uma evidência por força das recomposições sociais resultando das reestruturações econômicas atuais. A organização e o mercado de trabalho, uma vez deregulamentados, destroem o sentimento de pertencer a um grupo social, dando lugar ao « individualismo negativo » a que leva o auto-isolamento do indivíduo e que gera anomia social (Castel, 1995).

Quando dissolvem-se os coletivos de trabalho e que o agravamento da exclusão social suscita o medo de mergulhar na pobreza e na estigmatização, o problema da inserção tende a tornar-se uma questão individual na ausência de atores coletivos que possam traduzir esse sentimento em reivindicações de direitos sociais. Este é então vivido cada vez mais no registro do « salva-se quem puder »¹¹. As lutas sociais esvanecem-se na ausência de perspectivas de representação política dos interesses daqueles que vivem a precariedade e a exclusão. Torna-se assim exequível um consenso em torno da renúncia dos Estados a fazer valer sua soberania monetária na medida em que a desregulação aparece como a condição da desinflação e, por tanto, da preservação do poder de compra do salário ou do nível das prestações de seguro e assistência sociais. A percepção que os atores sociais se fazem das causas do fim do pleno emprego as situa na esfera da economia sobre a qual os políticos não parecem ter mais capacidade de influir. As conceitualizações científicas às quais estes recorrem para justificarem-se – seja numa retórica liberal ou social-democrata – convergem numa interpretação única da mundialização do capital que faz dela uma marcha da história anulando qualquer possibilidade de intervenção pública sobre os mercados. Desconcertada, a opinião pública adere tanto mais a tal forma de explicar a crise do trabalho que os esquemas de percepção “científica” mediatizados tornam opaca a seus olhos a dimensão política da mundialização, fazem crer que as soluções aos problemas sociais tais como desemprego, precariedade, ou exclusão, não podem mais ser encontrados na economia propriamente dita. O discurso governamental, mas também a maior parte da pesquisa acadêmica que lhes são consagrados, os assimila agora a problemas de gestão da vida social nas áreas de concentração de pobreza. A experiência latino-americana que expomos a seguir ilustra bem essa evolução do imaginário social. Neste caso, o que esta politicamente em jogo não é desresponsabilizar o Estado do fim de um pleno emprego que nunca existiu mas do abandono do projeto de alcançá-lo que fazia dele a utopia legitimadora dos regimes populistas (Lautier, 1993).

Essas tentativas de desresponsabilização do Estado não passam de uma ilusão pois, para isto vir a verificar-se, seria necessário assegurar uma gestão do político que garante sua separação em duas esferas separadas e a sustenta como tal a longo prazo. Teríamos, por um lado, uma primeira esfera política regida segundo valores individualistas, o poder público reduzindo-se a meras funções de segurança pública e de garantia de contratos privados, conforme o que prescrevia a utopia liberal do século XVIII, e por outro, uma segunda esfera fundada ao revés em valores de solidariedade, edificando, no melhor dos casos, uma economia solidária paralela à economia de mercado, contando-se que esta dê por ela mesmo sentido ao conceito de cidadania social, mas que provavelmente limitar-se-há, no mais

¹¹ Na cidade latino-americana, a cidadania passa assim a ser socialmente representada num registro antes privativo do que público. A propriedade da habitação tornando-se o centro das estratégias de sobrevivência, a cidadania – enquanto ela é vivida como segurança do laço com a comunidade – acaba confundindo-se com um direito de propriedade (ver Kovarick, 1999).

das vezes, a reatualizar a dependência avassaladora aos padrões políticos daqueles que não podem sobreviver sem abrir mão do dinheiro público.

Nem a capacidade de autoregulação do capitalismo, nem a possibilidade de assegurar nesta base a legitimidade de uma ordem social podem na verdade serem avaliados no crivo (jugées à l'aune) das representações coletivas e teóricas que se constituíram no bojo da dinâmica dessa transformação histórica do capitalismo e que lhe dão hoje um ar de irreversibilidade. Desmistificar o engodo que produz a leitura economicista dessa mutação, hoje dominante tanto no sentido comum quanto nas práticas teóricas, aponta a necessidade de uma análise relacionando os disfuncionamentos macroeconômicos e os problemas de legitimidade política enraizados na liberalização dos mercados. Na encruzilhada de uns e outros, coloca-se a questão da viabilidade de uma ordem econômica e de uma ordem política cuja coerência deveria doravante assentar-se sobre regimes monetários que deixam de ser regidos em função de uma arbitragem por deliberação política no espaço público dos conflitos de interesses privados. O que nos leva agora a caracterizar o desenvolvimento das contradições inerentes a esta forma de compatibilização entre o político e o econômico nas economias latino-americanas nas quais o abandono de soberania monetária foi o meio encontrado de ajustar a legitimidade política aos anseios da finança global.

VIOLÊNCIA DA MOEDA E LEGITIMIDADE POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA

No início dos anos oitenta, a democracia abriu o campo político à negociação salarial. Mas os acordos a que esta pude levar aparentaram-se a esse tipo de engodo que procuramos explicitar acima. O valor real do salários se reduziria ao ritmo da inflação. Esse tempo da democratização, que deveria ter resgatado a dívida social, acabou sendo uma década perdida para o desenvolvimento, antes de tudo, dos grupos sociais que ficaram sem defesa no conflito distributivo. A força com a qual este foi se expressando de início foi se evaporando na confusão dos espíritos que gerou uma ilusão monetária cuidadosamente nutrida pelo discurso técnico. A inflação latino-americana demonstra o quanto a moeda pode ser uma arma de violência simbólica que confunde o adversário. Os governantes conseguiram usar deste poder de ilusão ao fazer passar a inflação por uma consequência de uma gestão econômica impelida ao laxismo orçamentário e salarial numa conjuntura recessiva. Essa retórica econômica, montada pelos consultores universitários dos órgãos internacionais oculta as responsabilidades reais. Ela tornou credível a idéia de uma incapacidade dos governos em domar a inflação durante a década de oitenta – atribuindo-se esta a uma tradição de populismo econômico do qual pretendeu-se que as democracias latino-americanas não tinham conseguido se livrar (Dornbusch e Edwards, 1987 ; Sachs, 1990). Operou-se assim uma mistificação de grande alcance impedindo que a democratização propiciasse a redução das desigualdades sociais que se esperava. Esta revelou-se finalmente compatível com uma concentração da renda ainda maior que no passado sobre a qual fundamentou-se a forma em que se assegurou a resolução da crise da dívida externa.

A aceleração da inflação não atesta de uma espiral distributiva mais bem pelo contrário de uma repartição particularmente desigualitária da carga da dívida externa, assim que o demonstrou a análise dos efeitos perversos das políticas de ajuste. Esta esclareceu como o embalo da inflação que seguiu a crise da dívida externa foi o resultado de uma desvalorização constante ao longo dos anos oitenta,

associada ao crescimento igualmente constante durante todo esse período da dívida interna (Salama e Valier, 1990). A desvalorização permite obter os substanciais excedentes da balança comercial que assegurou o pagamento do serviço da dívida externa. O crescimento da dívida interna financiou a compra ao setor privado das divisas e cobriu, além do mais, na maior parte dos casos, o encarecimento em moeda local das dívidas privadas, resultando da desvalorização. Esta continua de ser realizada em todo o decorrer da década para responder a elevação das taxas de juro internacionais que aumenta o serviço da dívida externa. A desvalorização acelera a espiral inflacionista enraizada num conflito distributivo entre salários e lucros expressando-se agora abertamente graças a democratização. Esse círculo vicioso se fecha na subida das taxas de juro internas que provoca o aumento contínuo da dívida interna e da inflação. A despeito do queda brutal das despesas de investimento público, a crise fiscal se agrava por força desse regime de finanças públicas mas também em virtude do seu impacto na economia real. A medida que a inflação induz a regressão dos salários reais, o encarecimento do crédito e a baixa do consumo, a recessão interna que daí decorre afeta tanto mais as finanças públicas que a aceleração da inflação mingua o valor das receitas no momento em que elas se transformam em despesas.

No bojo desse processo, a repartição da renda se altera substancialmente. Os grupos sociais que tem aceso a finança se beneficiam não apenas da indexação de seus ingressos sobre a inflação mas também do prêmio de risco que esta faz crescer. Os outros, conquanto eles disponham de alguma capacidade de organização política, devem contentar-se com uma indexação, obtida na luta, e que apenas intervém *a posteriori* sem nunca recuperar integralmente o poder de compra dos seus salários. A inflação acabou constituindo desta forma um imposto invisível particularmente regressivo que organiza a repartição da carga da dívida externa.

Essa repartição realizada através do regime monetário traduz uma relação de força que a restauração da democracia não chegou a modificar substancialmente mas que ela impunha de tornar mais imperceptível. O imperativo de legitimidade foi na verdade contornado por uma gestão da moeda que levou a uma financeirização extrema da economia e condenou o Estado a um ajuste fiscal sem fim (Tavares, 1993). Foi a esse preço que tornou-se inoperantes pela via monetária os conflitos distributivos que dificilmente se conseguia desarmar pelo jogo político. Era impossível reprimir as greves como se tinha feito no passado mas o valor real dos salários sempre podia ser fixado pelo regime monetário. Este valor baixaria consideravelmente, de um terço a metade, segundo os países. A violência da moeda, que as altas inflações exacerbava (Aglietta e Orléan, 1984) faria as vezes da repressão de antigamente. Ela anulava os ganhos das lutas para obter prazos de indexação dos salários que recuperassem a corrosão que lhes imprimia a inflação.

Graças a ilusão monetária o argumento de uma racionalidade dos mercados teoricamente apolítica pareceu verosímil. Adquiriu crédito a idéia que, conjuntamente a uma pretensa incapacidade em reduzir o gasto público, a indexação era a grande culpada, como se esta era igual para todos. Assim sendo, ocultou-se as reais responsabilidades de um ajuste que favorecia quem tinha dinheiro para aplicar ou tinha poder de marcar preços, fazendo-se silêncio sobre o papel que teve na aceleração inflacionaria a renda financeira proporcionada pelos títulos da dívida pública. A condenação de um Estado propenso a gastar pelas organizações internacionais vinha a calhar fornecer aos que deles tiraram proveito o aval que os desresponsabilizou da desestabilização econômica dos anos oitenta. Cabe nesse sentido concluir que a profusão de discursos políticos e técnicos estigmatizando a incompetência dos governos na luta contra a inflação não passou de uma retórica mesmo que a subida dos preços não tenha sido o resultado

de uma estratégia deliberadamente pensada e tenha de ser considerada como um efeito errático de uma política econômica¹². A desinflação que virá a seguir consolidou a mudança ideológica, primeiro, ao criar o terreno político sobre o qual se institucionalizaria uma forma de ajuste que faz da regressão social o principal regulador econômico, e segundo, ao gerar simultaneamente as condições de sua legitimação.

A conjuntura internacional se modifica na virada dos anos noventa depois de liberalizados os mercados financeiros, os grandes investidores institucionais ficando então atraídos pelas taxas de juro mais elevadas dos países latino-americanos. O problema dos excedentes comerciais para assegurar o serviço da dívida externa desaparece com a entrada de capitais e deixa-se a taxa de câmbio valorizar-se. A confiança dos investidores internacionais assim restaurada, estes iriam financiar, como se sabe, o déficit da conta corrente que reaparece rapidamente. Foi o preço da abertura comercial que acompanha a inflexão da política de câmbio e consolida a desinflação pela concorrência dos bens importados. A vulnerabilidade externa, comercial e financeira, torna-se o talão de Aquiles desta política que permite romper o círculo vicioso entre dívida externa e inflação. Com exceção do Brasil, o equilíbrio das contas públicas se vê, além do mais, restabelecido graças a uma política radical de privatização que atrai mais ainda os investidores internacionais.

Diante do acirramento brutal da concorrência, as empresas reduzem os custos de trabalho aumentando de maneira acelerada sua produtividade, seja pela reorganização produtiva ou pela economia de efetivos que autoriza a renovação dos equipamentos, favorecida por uma moeda sobrevalorizada e pela abertura comercial. A volta do crescimento que observa-se então segue a forte retomada do consumo, estimulada pelos efeitos distributivos do desaparecimento do imposto inflacionário e pela liberação da demanda antes reprimida o tempo que este tinha durado. Essa conjuntura favorável não podia no entanto manter-se eternamente. A subida do desemprego e a substituição da produção local por importações constituem, ao inverso, fatores de arrefecimento da demanda interna que se expressam tanto mais que as empresas terão de reduzir mais ainda seus custos para manter suas margens de lucro. Os meios serão múltiplos, desde o não pagamento das obrigações sociais a baixas dos salários reais quando a inflação se estabiliza num baixo patamar, ou ainda a novas formas de precariedade do trabalho, tais como a terceirização.

A reviravolta da conjuntura, para além das diferenças nacionais de amplitude do ciclo, assinala a fragilidade estrutural dos equilíbrios macroeconômicos que permite restaurar por certo tempo essa política de ajuste pela regressão social. A vulnerabilidade externa que esta induz pode ser administrada enquanto é possível prosseguí-la, o que parece tanto mais fácil que ela apresenta-se legítima. A retórica econômica, identificando a inflação ao excesso de Estado, tornava socialmente aceitável seu enxugamento uma vez que o imposto inflacionário acabaria sendo percebido como responsável pelo agravamento da pobreza. A desinflação legítima esta nova etapa do ajuste. Mesmo quando desaparecem seus efeitos positivos sobre as camadas de baixa renda, o medo de mais precariedade não parece

¹² Falar de efeito errático não equivale a fazer da inflação o resultado de erros de política econômica, nem tampouco das dificuldades em fechar um pacto social que permitisse implementá-la. Analisamos no caso brasileiro esse aspeto da questão em outro artigo na perspectiva das mediações sociais entre o econômico e o político. Mostra-se que decisões estratégicas manifestando o descompasso crescente que se dava entre mecanismos mercantis-monetários e institucionais da regulação macro-econômica, conferindo-lhe um caráter caótico expressam a corrida entre as medidas pelas quais o Estado empurrava a financeirização por um lado e respondia por outro às pressões de interesses produtivos cuja conflictualidade ia agravando-se, seja a nível de setores ou regiões, ou mais ainda, da relação capital/trabalho. (Marques-Pereira e Théret, 1997, p.321).

arranhar a legitimidade da política econômica. Pelo menos, é o que sugerem as reeleições dos governantes que domaram a inflação.

A ilusão monetária impediu, nesta nova fase do ajuste, a constituição de um discurso coerente no campo político onde se fixa os preços do trabalho. Estes voltam rapidamente aos valores reais em que tinham descidos nas altas inflações, seja porque não existe mais indexação o tempo que subsiste a subida dos preços, mesmo desacelerando-se, o que foi o caso no Brasil, seja que ela volta a se acelerar como ocorreu no México depois da crise financeira, seja ainda que se abaxem os preços nominais do trabalho, fenômeno que se observou na Argentina quando a inflação foi zerada. A degradação do mercado de trabalho, por mais que tenha se interrompido durante a desinflação, mais particularmente para alguns segmentos, se prolonga agora por mais de duas décadas. Durante alguns anos de euforia, certas categorias profissionais conheceram aumentos de salários, por vezes importantes, como se verificou no setor automotriz em São Paulo, mas a dinâmica que se impõe uma vez estabilizados os preços será inversa para a maioria dos trabalhadores, a reorganização do trabalho, sua crescente « informalização » e o desemprego sendo implementados antes mesmo que o crescimento econômico venha se interromper. Essa evolução do mercado de trabalho acabou solapando a base sociológica da ação sindical. Sua capacidade de mobilização será tanto mais atingida que ela contesta a validade da abertura comercial e financeira. Apesar dos despejos maciços que esta provocou, a opinião pública deixou convencer-se que era o único meio de escapar da hiperinflação sem perceber que assim foi em razão da recusa das elites em aceitar uma repartição da renda mais eqüitativa.

Esse novo estado das relações de força permite então lançar o ataque frontal que deve levar a seu termo a reforma neoliberal através de uma legislação promovendo mais flexibilidade do trabalho¹³ e restringindo, ou mesmo abolindo, o financiamento por repartição da proteção social. A leitura política da espiral inflacionaria, assimilando-a ao populismo econômico do Estado acabou erodindo a legitimidade do Estado de Bem-estar a um ponto tal que o presidente argentino pude estigmatizá-lo de Estado de Mal-estar. A inflação tinha neutralizado o conflito distributivo entre salários e lucros. A desinflação o anula na medida em que ela passa a ser considerada como um bem público a ser preservado custa o que custar (Lo Vuolo, 1996). Desaparece portanto qualquer forma de debate econômico e a possibilidade de outra política – ainda em discussão na época da inflação – se dissolve. Assim sendo, foi possível prosseguir pela via institucional o ajuste social que se tinha esboçado pela inflação.

INTEGRAÇÕES REGIONAIS, POLÍTICA MONETÁRIA E REPARTIÇÃO DA RIQUEZA

Cabe no entanto interrogar-se sobre a real sustentabilidade desta forma de legitimidade política que se pode qualificar de « monetarista ». No caso do México, ela foi com toda evidência insuficiente para assentar a credibilidade da política econômica quando a degradação das contas externas e públicas exigia de elevar a taxa de juro a níveis que teriam desencadeados uma recessão em véspera de eleições. Os conflitos internos ao partido dominante, agravados por uma política econômica que

¹³ E interessante observar que flexibilidade contratual e informalização da relação salarial constituem soluções alternativas, conforme o grau de efetividade da legislação do trabalho. A primeira se organiza pela volta ao direito civil de várias matérias jurídicas relativas ao trabalho, tais como as leis sobre os acidentes de trabalho, agora cobertos por seguros privados, como o mostra o caso da Argentina onde os direitos do trabalhador acabam assim sendo assimilados a direitos do cidadão-consumidor (Pautassi, 1999). A segunda se desenvolve, como é o mostra o caso do Brasil, pelo crescente desgaste da legislação do trabalho (Cacciamali, 1999)

recolocava em questão os equilíbrios corporatistas e clientelísticos, culminaram nesse momento em assassinatos dos seus representantes mais proeminentes na cena política e fizeram temer a um governo, por assim dizer em estado de sitio depois da revolta do Chiapas, de subir a taxa de juro, reduzindo-se então o diferencial que ela oferecia em relação da taxa norte-americana, isto num contexto de aceleração do do aumento do déficit da conta corrente e de uma conseqüente degradação das condições de rolagem da dívida pública.

A estabilidade política e econômica permanece aleatória enquanto as mudanças na regulação econômica e social que analisamos acima não forem consolidadas. Não se pode ainda de fato concluir que a revirada das relações de força no terreno político e ideológico seja definitiva ao ponto de julgar que a reforma do Estado implica na perenidade das novas modalidades da repartição que impôs a política econômica até hoje seguida. Se tal cenário vier a se verificar, tratar-se-ia de fato de uma mudança estrutural que forneceria ao antigo regime de acumulação que continua repousando como antes na exclusão social o embasamento político-institucional que a democratização lhe tinha retirado. A coerência do quadro institucional de regulação econômica não ficaria assim mesmo necessariamente assegurada. Ela não depende apenas da evolução da legitimidade política mas também da funcionalidade da repartição da riqueza *vis-à-vis* do regime de acumulação. Não é *a priori* evidente que a evolução atual do mercado de trabalho e da proteção social se revelem funcionais nesse nível a mais longo prazo pois o crescimento econômico permanece dependente da dinâmica da demanda interna. A abertura econômica não alterou, com exceção do México e do Chile, esta característica das trajetórias do desenvolvimento latino-americano.

Esta constância afirma-se hoje na estratégia de integração regional do Mercosur que, ao inverso da Alena ou da Alca, desenha a possibilidade de um desenvolvimento latino-americano assentado mais na expansão dos mercados internos do que num crescimento puxado pelas exportações voltadas para os Estados Unidos. A forte expansão do investimento estrangeiro no Mercosur reforça por sinal essa possibilidade. Nesta perspectiva, diante dos limites que significaram no passado uma repartição da renda por demais desigualitária, coloca-se a questão de saber se as políticas econômicas atuais não seriam apenas erráticas no meio termo pelos déficits que geram, mas também contraproducentes no longo prazo. A regulação social, doravante dominada pelas forças de mercado, impõe de novo uma regulação econômica regida pela concentração da renda. Nos confrontamos assim com um horizonte que não deixa de lembrar a dinâmica endógena que levou a crise da dívida externa. Os problemas de rentabilidade do capital produtivo, antes ligados a insuficiência de economias de escala, refletindo a inadequação estrutural entre a oferta e a demanda, merecem ser lembrados. A questão não se coloca mais obviamente nos mesmos termos depois da reestruturação do sistema produtivo propiciado pela abertura e diante dos novos paradigmas tecnológicos e organizacionais da economia. Mas não é nada evidente que a abertura e a retirada do Estado sejam por si só suscetíveis de resolver esses limites estruturais ao crescimento, próprios de um regime de acumulação socialmente excludente. Nesses termos, deve se averiguar a que ponto existem perspectivas ou não de estabilizar simultaneamente o crescimento, a conta corrente e as finanças públicas. Análises que tratem de avaliar a real possibilidade de uma ressorção dos déficits gêmeos à luz das dinâmicas que demonstrarão a médio e mais longo prazo a oferta e a demanda em função da reorientação do regime de acumulação imprimida pela desverticalização do sistema produtivo que ensejou a abertura econômica ainda estão por ser realizadas. Tal questão se desdobra em termos políticos no sentido de perguntar-se como as incertezas que carrega

a aposta dessa estabilização que se espera ver realizada pelas forças do mercado, e que ainda não se verificou, irão interagir com a dinâmica política ?

Vejamos primeiro o que nos revela a conjuntura atual a respeito desse último ponto, partindo do que foi visto acima. O padrão de dominação tradicional das elites encontrou-se contestado pela democratização durante os anos oitenta, mudança política que somando-se à crise da dívida externa desembocou na incapacidade de regular os conflitos distributivos no campo institucional. A espiral inflacionista impediu que a concentração da renda fosse obstaculizada pelas conquistas sociais, mas isso só se deu à custa de uma perda de legitimidade do Estado, estigmatizado por sua incapacidade de administrar a economia. A volta da estabilidade da moeda e dos preços permitiu restaurá-la criando-se, além do mais, um consenso em torno do caráter benéfico da retirada do Estado. Foi assim possível desenvolver uma flexibilidade do trabalho que a democratização *a priori* não favorecia. Esvaneceu-se desta forma o movimento social que a tinha em grande parte impulsado e os valores liberais foram impondo-se na cultura política. Acreditar que essa evolução recente traduz uma mudança estrutural, equivale a supor que o congelamento dos conflitos distributivos seria então definitivo. Tal hipótese não poder ser considerada como provada uma vez deixado claro que a seqüência da espiral inflacionista para a estabilização evidencia uma interação entre o político e o econômico que viabilizou de fato a saída da crise mas também leva a destacar por outro lado a fragilidade dessa legitimação “monetarista”. Considerando-se o conjunto do período, essa interação demonstra o quanto a orientação da política econômica foi estreitamente relacionada as condições de sua legitimação. Depois da degradação que estas apresentaram com a inflação dos anos oitenta, foram restauradas graças as garantias que deram credibilidade a paridade monetária. Uma e outra continuam intimamente associadas mas essa interação apresenta-se doravante eminentemente problemática. Num contexto no qual a vulnerabilidade financeira externa da América Latina tornou-se evidente depois das crises financeiras asiática e russa, a legitimidade política torna-se uma variável fundamental da credibilidade da política monetária para os mercados. E o que está em jogo nessa relação entre uma e outra é a economia produtiva. Nela se cruzam seus fundamentos respetivos. O problema nesse nível é que a submissão da política monetária aos mercados sufoca a dinâmica de crescimento repousando no potencial de expansão de um grande mercado interno que pode vir a constituir o Mercosur.

Em apoio desta hipótese, cabe antes de tudo chamar a atenção no fato que outra trajetória de ajuste econômico para resolver a crise da dívida externa era perfeitamente concebível com base em outros dados políticos que aqueles que vingavam. O serviço da dívida poderia ter sido assegurado pelo aumento das receitas do Estado. A inflação associada à devalorização não teria desta forma desembocado numa espiral sem fim que levou o Estado numa situação de quase bancarrota ao gangrenar a economia (Salama e Valier, 1995). Uma alternativa desse tipo, mais eficaz e mais eqüitativa, não era, evidentemente, do gosto das elites, notoriamente refratárias ao imposto. Uma reforma fiscal, que teria evitado a submissão aos mercados financeiros da política econômica, e que teria ampliado a capacidade de despesa do Estado (a qual situa-se – cabe lembrar - a níveis notavelmente inferiores em relação aos países desenvolvidos), teria-lhe dado os meios de sustentar uma política industrial contribuindo a uma forma de regulação econômica que tornaria exequível um círculo virtuoso de expansão do consumo e da produção de massa (Marques-Pereira, 1998). O aparelho produtivo de que dispõe o Cone Sul do continente autoriza considerar uma dinâmica de crescimento *desde adentro* que seja o fundamento de uma progressão da competitividade internacional, da mesma forma que o foi no caso dos Estados- Unidos ou do Mercado Comum Europeu. A integração regional, esboçada pelo Mercosul poderia ser aproveitada

nesta direção. A reserva de assalariamento da população ativa assinala o potencial de tal estratégia de desenvolvimento. Com toda evidência, ela passa por outra forma de inserção internacional que aquela que privilegia a finança sobre a valorização produtiva do capital. O obstáculo a sua realização reside na verdade mais na miopia das elites, pela oposição fundamental na qual elas se mantêm a toda forma de política de redução das desigualdades que condiciona a progressão de uma mercado interno na escala continental.

Faz sentido falar em miopia das elites, em primeiro lugar, na medida em que a valorização financeira do capital em detrimento de sua valorização produtiva não deixou de ser uma escolha política interna, isto é, soberana, mesmo que esta tenha sido feita junto com a finança internacional. As margens de manobra existiam. A negociação das regras de mercado quando se escalona o pagamento da dívida externa o atesta e as diferenças nacionais de respostas a crise que ela provocou o prova amplamente (Marques-Pereira e Thérêt, 1997). Em segundo lugar, fica hoje evidente que permanecer nessa escolha é doravante tanto mais arriscado que a natureza do risco é agora perfeitamente conhecida. O risco significa reduzir as margens de manobra da política econômica a um ponto tal que a gestão da conjuntura acaba por aparentar-se a um dilema impossível de se escapar: o crescimento econômico piora o déficit de conta corrente e a recessão faz reaparecer o déficit público, um e outro agravando a vulnerabilidade financeira externa. Para além dos problemas de curto prazo, que puderam ser superados no caso do México, a probabilidade de ganhar a aposta de mais longo prazo a que nos referimos acima não parece muito evidente. A probabilidade de ver se consolidar, para além das flutuações do regime de acumulação, um crescimento das exportações suficiente para reverter a tendência atual ao déficit de conta corrente parece fraca diante da especialização internacional do continente em produtos de pouco conteúdo tecnológico que não apresentam perspectivas de expansão de demanda mundial muito promissoras e para os quais a concorrência tende a se acirrar a medida que chegam no mercado novos produtores.

Nem o caso do México, nem do Chile, constituem qualquer prova da viabilidade de um modelo válido para o continente, seja de crescimento exportador, ou seja apenas de expansão das exportações que revelem-se suficientes para equilibrar a conta corrente num padrão de regulação econômica dominado pelas forças de mercado. No México, sem dúvida, as exportações passaram a ser o motor do crescimento mas, mesmo contando com acesso privilegiado ao mercado norte-americano, sua economia não escapa da vulnerabilidade externa do resto do continente. O Chile apresenta-se, por sua vez, como um caso totalmente particular que não comporta os ensinamentos para o resto do continente que se pretendeu, pois as conseqüências negativas da abertura para a conta corrente são aqui bem menores já que o tamanho reduzido do seu parque industrial quando esta foi implementada não induzia um volume de importação de bens de capital do mesmo peso que em economias industriais de maior porte. A importação crescente de bens de consumo pode, além disso, nesse caso, ser facilmente financiada pelo desenvolvimento de produtos de exportação que representavam novos nichos no mercado mundial tendo em vista o tamanho da população. A importância relativa que representa o Mercosur e a Ásia no comércio exterior chileno, num momento em que os preços das *comodities* estão em baixa já vem no entanto demonstrando hoje os limites externos – a velha dependência comercial – do modelo chileno.

A relação entre regime monetário e legitimidade política explica, como se viu, tanto o sucesso da via liberal quanto suas fragilidades econômicas. A questão que se coloca para concluir é de saber se cabe, na base desta constatação, fazer a hipótese que desenha-se também a possibilidade de ver emergir um cenário de desdobramentos desta interação que acabaria impondo no jogo político a idéia de uma

repartição mais eqüitativa da riqueza como condição econômica de um crescimento sustentável, abrindo nesses termos uma alternativa pela qual afirmaria-se uma visão da integração regional que permitiria dar aos governos, no quadro do Mercosul, os meios políticos de seu desenvolvimento, buscando recuperar e consolidar a capacidade de exercício da soberania monetária.

O problema é de saber se a agravação das contradições econômicas e políticas obrigará ou não os Estados a arbitrar entre interesses divergentes, possibilidade que não pode ser descartada mesmo que seja obviamente impossível responder por enquanto a tal indagação. O que se pode avançar no entanto, retomando nesse ponto da análise a perspectiva normativa do debate que levantou-se na introdução, é que no contexto atual das recomposições territoriais da moeda e dos sistemas produtivos, a capacidade de uma arbitragem pública passa doravante por uma integração política prolongando a integração econômica. Sem dúvida, América latina não tem a importância da Europa no mercado mundial mas ela representa uma parte dele dispondo de um potencial de expansão com o qual os países plenamente desenvolvidos não podem mais contar doravante. Se ela recuperasse sua soberania monetária, a política alternativa que apontamos acima pode ser considerada como algo realizável. Assentar uma moeda num vasto mercado cujas perspectivas de expansão seriam consolidadas pela ação dos poderes públicos remite a evolução do imperativo de legitimação que sobre eles irá pesar, confrontando-os ou não a necessidade de resolver conflitos de interesse através de uma política que favoreça de novo uma valorização produtiva do capital e concilie assim crescimento do volume e da renda do trabalho com progressão dos lucros do capital. Na hora atual, não se sabe como a conflictualidade social pode evoluir. Mas pode se crer que a finança global não desprezaria, caso tal cenário viesse a concretizar-se, as oportunidades de investimentos rentáveis que ele abriria. A concorrência das multinacionais para posicionar-se vantajosamente no mercado emergente do Mercosul o assinala claramente.

Tem de ser ressaltado o fato de estarmos num momento histórico de transição da economia mundial e das relações internacionais na qual o futuro não está ainda decidido. A construção europeia conta nesta perspectiva não apenas por seu peso mas igualmente pelos ensinamentos que ela comporta. A confiança no euro permanece hoje em dia, ela também, problemática na medida em que sua credibilidade não deixa de ficar suspensa a sua legitimidade política. Os mercados prestam ouvidos tanto aos discursos dos banqueiros centrais quanto aqueles dos governos. Os propósitos de uns e outros podem ser sibilinos mas não se trata de simples problema de comunicação, de um jogo de palavras que gera a confiança : as polemicas políticas que suscitam desde já o exercício da soberania europeia em matéria econômica são fatos reais. A incerteza sobre a coordenação das políticas econômicas assinala a que ponto a hegemonia da finança (que a decisão de outorgar completa autonomia ao banco central europeu deveria teoricamente ter assentado) parece bem longe de estar realmente consolidada. O debate sobre política monetária esta saindo do círculo restrito dos técnicos e do meio acadêmico. Vários economistas atribuíram o arrefecimento do crescimento e, mais ainda, do seu potencial de geração de emprego, ao desaparecimento do instrumento monetário e à restrição do uso do instrumento orçamentário na conduta das políticas econômicas nacionais (Mazier, 1998). A questão pode vir a se impor como tema eleitoral decisivo uma vez que certas correntes sociais-democratas autorizem-se a fazer publicamente da política monetária uma chave de diminuição do desemprego.

A experiência europeia revela assim claramente o quanto a confiança na moeda, mesmo na hora da globalização, permanece uma questão simultaneamente de soberania e legitimidade política. A concertação das políticas orçamentárias e fiscais que implica a moeda única, fonte de possíveis conflitos

entre os executivos nacionais e o banco central europeu – recoloca inevitavelmente as escolhas monetárias no campo político. Nesse nível, a União Européia apresenta-se como um laboratório da inovação política que requer a construção institucional de um novo regime de organização dos poderes públicos e das relações internacionais (Dehove, 1997). Nesta base, pode-se conceber a possibilidade de uma volta a uma regulação keynesiana, reprojetaada numa escala continental. A redução do tempo de trabalho abriria, além do mais, nesse novo contexto a via para a sociedade civil assumir parte das prestações sociais até agora a cargo do Estado, diminuindo-se desta forma o custo financeiro da dívida social. Seria então possível considerar que o jogo social das relações profissionais e que o jogo político, associando doravante os princípios da representação e da participação do cidadão no exercício do poder público, reinventem compromissos institucionais diferentes daqueles que edificaram a sociedade de consumo de massa dos *Trinta Gloriosos* levando a uma nova forma de desenvolvimento da sociedade salarial (Théret, 1997). Tal tipo de cenário não deve ser considerado *a priori* como sendo um horizonte concebível apenas como possível desdobramento da história européia. Esta tal vez seja de fato seu laboratório, assim como o foi para a invenção do Estado-nação. Tal cenário pode ser considerado - pelo menos de um ponto de vista normativo é pertinente verificar sua pertinência e identificar suas condições de realização - na base de qualquer integração política que devolva aos poderes públicos a soberania da moeda, perdida no bojo das integrações econômicas e monetárias que se realizaram « de jure », como no caso europeu, ou « de fato », como nos casos de dolarização de mercados emergentes.

NO HORIZONTE DAS INCERTEZAS FINANCEIRAS

O impasse financeiro latino-americano é a expressão extrema do círculo vicioso de um regime de crescimento de *stop and go* que se conformou entre a finança, a produção e o social na base de uma abertura econômica que, por não ser acompanhada de um dispositivo regulatório adequado, acaba freando o desenvolvimento dos mercados internos. Tendo em vista a divisão internacional do trabalho, tudo indica que este continua sendo o principal motor sobre o qual pode repousar o crescimento econômico na América Latina. Suas economias encontram-se assim submetidas a um regime de flutuações entre fases de desequilíbrios externos e/ou orçamentários, seguidas de uma volta provisória ao equilíbrio (Salama, 1999). Depois de um período de sobrevalorização da taxa de cambio e elevação da taxa de juro, uma e outra acabam revelando-se insustentáveis e seguem a desvalorização e a recessão. Não se pode pressupor que a seqüência mexicana de volta ao crescimento depois da crise cambial (que já esta levando esse país a uma nova degradação da conta corrente) se reproduzirá necessariamente da mesma maneira na seqüência da crise brasileira e de sua repercussão na Argentina. O equilíbrio da conta corrente restabeleceu-se rapidamente no México graças a desvalorização gerando um aumento acelerado das exportações para os Estados- Unidos. A finança internacional considerou, sem dúvida, a dificuldade política de uma nova onda de privatização no ápice da crise e a volta do capital foi desta vez impulsada por um fundo de socorro afiançado sobre as exportações de petróleo. Não é, ao todo, evidente que o livre jogo do mercado reitera tal cenário de antecipações « racionais ». As condições endógenas de resolução dos déficits parecem *a priori* mais árduas que no México. Não existem as facilidades de aumentar as exportações da mesma forma por não se dispor do mesmo acesso preferencial e muito menos do mesmo nível de integração produtiva a um grande mercado de alto poder aquisitivo. Outrossim, o poder central brasileiro não tem a mesma capacidade política que aquele do

México para impor a redução drástica do gasto público. Enfim, cabe também observar que a volta ao crescimento no Mercosur exigiria uma nova onda de financiamentos externos caso voltar o déficit de conta corrente no Brasil, tal como aconteceu no México, e que estes podem então revelar-se bem mais difíceis de serem conseguidos uma vez que o sistema de crenças financeiras foi sacudido por uma sucessão de crises nos mercados emergentes.

Estas últimas suscitaram num curto período o medo de vê-las desencadear uma crise de confiança de tal vulto que levariam a uma deflação nos próprios países desenvolvidos. O medo foi passageiro e as categorias de percepção que regem o que poderia ser chamado de regime de idéias dominantes em matéria de política econômica não chegaram a serem abaladas. A opinião financeira pude, de fato, tranquilizar-se rapidamente desde que ficou evidente que a crise de confiança em determinados mercados emergentes apenas levou a deslocamentos de capitais que iriam traduzir-se pela elevação das cotações das bolsas dos países centrais e até dos próprios mercados emergentes nos quais a desvalorização restabeleceu o equilíbrio da conta corrente. As referências teóricas das organizações internacionais não foram questionadas, aos olhos delas, por essa evolução, pelo contrário. Os comportamentos especulativos podem ser considerados como mecanismos de ajuste saudáveis que não seriam, por si mesmos, condenáveis. Apenas o seriam na medida em que a transparência do mercado deixa de ser garantida, o que pode provocar fuga repentina de capitais quando o estado real do mercado revela-se à luz do dia, implicando então a corrida para títulos de maior segurança, e mais grave, uma aversão a aplicações de risco que geram o efeito de contágio da crise de um mercado a outro, sem que esta se justifique necessariamente diante do comportamento das variáveis macroeconômicas fundamentais. De qualquer forma, já que o efeito de contágio limitou-se finalmente aos mercados emergentes, ainda estamos longe de uma situação onde viria a afirmar-se a necessidade de uma redução do poder da finança como condição da estabilidade das paridades de câmbio que realizaria o equilíbrio oficialmente almejado.

Se, por um lado, não se pode descartar a hipótese que a maior concertação entre as autoridades monetárias da tríada, cujo aprendizado vem se dando de crise em crise, consiga manter o *status quo*, assim mesmo, na incerteza dos desequilíbrios que pode provocar a finança global, não se deve no entanto, por outro lado, considerar que seu domínio na gestão monetária – hoje, de certo modo, mais soberana nesse campo que o próprio poder político – seja definitivo. Numa perspectiva histórica de longa duração, pode-se fazer a hipótese que as turbulências financeiras atuais não passariam de episódios de um duplo processo cujas partes não caminham no mesmo ritmo : uma recomposição inacabada do assentamento territorial dos mercados e dos poderes políticos que remete a duas histórias, sem dúvida interdependentes mas assim mesmo caracterizadas cada uma por uma lógica própria, a do capitalismo e a do Estado (Théret, 1995). Num tal horizonte, a contestação da soberania dos Estados pelos mercados financeiros, depois que foram desregulamentados, não parece forçosamente irremediável.

As decisões soberanas em matéria monetária não são mais monopólio dos Estados. Tornaram-se arbitragens supranacionais, nas quais os poderes privados parecem sobrepôr aos poderes públicos (não se trata mais apenas de jogos de influência como no passado) fazendo assim emergir as integrações monetárias. O euro, substituindo as moedas nacionais por própria decisão dos Estados, ou o dólar sendo utilizado pelos mercados quando estas não parecem suficientemente confiáveis, revelem em ambos os casos uma mutação do modo de exercício da soberania que tem como ponto comum de tornarem os Estados vassalos do julgamento da finança global. A palavra dotada de poder enunciação da norma de

política econômica está hoje com as forças de mercado, o que obriga os Estados a dar prioridade a rentabilidade financeira para garantir o valor das moedas. Trata-se de uma política que conseguiu fazer da estabilidade do estalão monetário a base de justificação da flexibilidade do trabalho. Esta legitimação política operada pelo valor da moeda, vista como garantia do poder de compra e igualmente como promessa de competitividade criadora de empregos, acaba ficando problemática na medida em que a esperança que isso venha a se realizar fica tanto mais associada à manutenção dos equilíbrios macroeconômicos que os discursos governamentais o repetem reiteradamente para justificar a necessária austeridade orçamentária e salarial para futuros mais amenos.

Os atores financeiros, cujas dúvidas sempre estão nas alturas dos riscos tomados, são os primeiros a perceber e manifestar o quanto esta forma de legitimidade política é estruturalmente frágil. Nesse ponto, a experiência recente latino-americana oferece uma imagem exacerbada do funcionamento desta legitimidade política intimamente ligada ao regime monetário - para o melhor tanto quanto para o pior. A flutuação do continente de um estado a outro não abalou ainda a legitimidade política. O pacto europeu para a estabilidade que pretendeu institucionalizar a norma de política econômica e social ditada pelos mercados financeiros não se encontra submetido a esse regime de flutuações econômicas e as suas conseqüências sociais. Mas, este pacto não deixa de ser no entanto um tipo de fiança baseado num compromisso político que parece forçosamente reversível diante dos imperativos de legitimação pesando sobre os governos que o negociaram. A referência foi o modelo alemão pelo qual, como se sabe, a credibilidade monetária constituía – mais que em qualquer outra parte do mundo pela herança do passado da hiperinflação – o soco da legitimidade política. Esta fusão de duas formas simbólicas de reafirmação da totalidade social, a que se aparentam numa perspectiva antropológica a confiança na moeda e a legitimidade do Estado, realizou-se num jogo institucionalizado reunindo o banco central, os poderes políticos e as representações do patronato bem como dos trabalhadores (Streeck, 1995). Essa forma de garantir a coesão social não tem mais hoje a firmeza que demonstrou no passado desde que a competitividade da indústria alemã foi sendo corroída pela sobrevalorização do mark e a subida das taxas de juro. Tal política não é mais seguida pelo banco central europeu diante das ameaças de recessão na Europa que inquietam agora o capital financeiro mas, de qualquer forma, a reestruturação produtiva já deixou de ser consensual naquele país. A questão de saber como irão evoluir os imperativos de legitimação permanece evidentemente aberta. Cabe observar que ela polariza duas grandes apostas políticas com relação ao futuro que terá o euro. A moeda única constitui claramente para os banqueiros centrais e os governos atuais uma forma de impor as ditas reformas estruturais, isto é, mais flexibilidade do trabalho e redução do custo financeiro da proteção social, ou melhor para alguns deles, sua transformação em campo de valorização do capital financeiro. Mas ela foi também pensada como um instrumento de fortalecimento do poder econômico da Europa na concorrência mundial, e para algumas concepções políticas que ainda vingavam quando foi lançado o projeto, como uma recuperação de poder soberano do poder político em matéria monetária, sendo este concebido como poder de regulação da economia na tradição keynesiana.

A construção europeia é, com certeza, um caso *sui generis* de integração regional no qual a vontade política sobrepôs-se de início às recomposições territoriais induzidas pelas forças do mercado. Não parece mais ser tanto o caso hoje em dia mas a União Europeia representa uma nova forma de organização dos poderes públicos e das relações internacionais, dispondo de um assentamento territorial *ad hoc* frente aquele que caracteriza doravante o funcionamento dos mercados. O que tem de específico na integração regional europeia remete antes a busca de pacificação das relações internacionais que foi

seu ponto de partida, e em segundo lugar, a herança do Estado-providência que condiciona sua evolução atual. A implementação de instâncias de poder supranacional a que levou essa busca é hoje a base institucional sobre a qual se administra essa herança. A moeda única pode revelar-se, nesse nível, tanto o meio de preservá-lo quanto de o liquidar. Quando ocorrerão choques assimétricos no seio da União Européia, isto é, perturbações que afetam de modo desigual a competitividade e/ou o potencial de crescimento de um país ou de uma região, a repercussão sobre a credibilidade da política monetária européia que teriam problemas nacionais de legitimidade política podendo vir então a aparecer, colocar-se-há com toda a sua carga de possíveis conflitos no conselho de ministros da fazenda da União, bem como entre eles e os banqueiros centrais. Na ausência de margens de manobra do gasto público e, por definição da possibilidade de fazer uso da política monetária, apenas sobrarão para os governos nacionais como meio de ajuste a redução do custo do trabalho direto e indireto, caso não for instituído um poder federal dispondo de mecanismos de transferências financeiras, tal como existe nos Estados Unidos. Será então para a solidez da legitimidade « monetarista » a hora da prova de fogo. As críticas liberais à moeda única, bem como os temores dos banqueiros centrais que o pacto de estabilidade expressa precisamente, o deixam a entender de forma perfeitamente clara quando advertem abertamente que a reforma do mercado de trabalho e da proteção social é determinante para o futuro da união monetária.

A crise do real, pela ameaça de propagar-se ao resto do continente que ela significa, levanta o problema da coordenação macroeconômica no seio do Mercosul. Ficou evidente que esta é uma condição incontornável da estabilidade dos termos do intercâmbio dentro da área. No discurso político, o consenso « monetarista » ainda prevalece hoje em dia mas, num período no qual a política monetária se torna uma operação de navegação a vista, sua discussão volta a ser possível. O pensamento crítico em economia precisa nessas circunstâncias ultrapassar a análise das conseqüências socialmente perversas e erráticas do simples ponto de vista da regulação econômica e começar a refletir sobre os caminhos da história que desenham a possibilidade de uma alternativa. A possibilidade dos Estados latino-americanos terem um dia de se confrontarem à necessidade do tipo de arbitragem a que acima aludimos está, com certeza, condicionada a visualização de uma alternativa por parte dos atores sociais. Coloca-se nesses termos, hoje em dia, a velha questão levantada há muito tempo por Gramsci na crítica ao pensamento economicista do papel dos intelectuais nas formas que podem assumir a hegemonia dos grupos dominantes da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

Aglietta, M. et Orléan, A., La violence de la monnaie, P.U.F., Paris 1984.

Aglietta, M. et Orléan, A., La monnaie souveraine, Odile Jacob, Paris 1998.

Castel, R., Les métamorphoses de la question sociale, Fayard, Paris 1995.

Badie, B., Un monde sans souveraineté. Les Etats entre ruse et responsabilité, Fayard, 1999.

Cacciamali, M., La ruine de la législation du travail au Brésil, Cahiers des Amériques latines, n° 31, Paris, sous presse.

Dehove, M., L'Union européenne inaugure-t-elle un nouveau grand régime d'organisation des pouvoirs publics et de la société internationale, L'année de la régulation, vol. 1, La découverte, Paris 1997.

Dornbusch, R. et Edwards, S., La macroeconomia del populismo en América Latina, El Trimestre Economico, n° 225, Mexico 1987.

Gazier, B.,

Habermas, J., L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise, Payot, Paris, 1979.

Kovarick, L., Escritos Urbanos, Espolição e Lutas sociais e Cidadania, Paz e Terra, São Paulo, 1999.

Lo Vuolo, R., Structural Reforms and Labour Markets in Argentina, Scandinavian Journal of Social Welfare, 4, 1995.

Lautier, B., "L'État-providence en Amérique latine: utopie légitimatrice ou moteur du développement ?" in: *Marques Pereira, B. (Ed.): L'Amérique latine: vers la démocratie?* (éditions Complexe, oct.1993).

Lautier, B., L'économie informelle dans le tiers monde, La découverte, col. Repères, Paris 1994.

Leborgne, D. et Lipietz, A., « Flexibilité offensive, flexibilité défensive. Deux stratégies sociales dans la production des nouveaux espaces économiques », in : *Benko, G. et Lipietz, A., Les régions qui gagnent, Presses universitaires de France, Paris 1992.*

Marques-Pereira, J., « Trabalho, cidadania e eficiência da regulação econômica : uma comparação Europa/América Latina », in : *Théret, B. e Braga, J., Regulação Econômica e Globalização, Fundap/IE-Unicamp, São Paulo 1998.*

Marques-Pereira, J. et Théret, B., Regimes políticos mediações sociais e bifurcação das trajetórias econômicas do México e do Brasil desde os anos sesenta, Ensaio FEE, ano 18 - n°1, 35, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Porto Alegre, 1997.

Mazier, J., « Europa : Estagnação ou transição para um novo regime de crescimento », in *Théret, B. e Braga, J.*, op. cit. 1999.

Orléan, A., « La monnaie autoréférentielle : réflexions sur les évolutions monétaires contemporaines », in : *Aglietta, M. et Orléan, A.*, op. cit. 1998.

Pautassi, L., Les droits sociaux en Argentine, entre garantie et consommation, Cahiers des Amériques latines, n° 31, Paris, sous presse.

Sachs, J. D. Políticas Económicas y conflicto distributivo, Estudios Económicos, 5,2,1990, Colegio de México, Mexico.

Salama, P. et Valier, J., L'économie gangrenée, Essai sur l'hyperinflation, La découverte, Paris 1990.

Salama, P. et Valier, J., Inégalités et pauvreté dans le Tiers Monde, La découverte, Paris 1995.

Salama, P., A volta das grandes flutuações, *Folha de São Paulo*, 10/02/1999.

Streeck, W., « Le capitalisme allemand : a-t-il des chances de survivre ? », in : *Crouch, C. et Streeck, W. (ed)*, *Les capitalismes en Europe*, La découverte, Paris 1996.

Sunkel, O., ed, El desarrollo desde adentro : un enfoque neoestructuralista para América Latina, Fondo de Cultura Economica, México 1990.

Tavares, M. et Fiori, J., Poder e Dinheiro, Uma Economia Política da Globalização, Vozes, Rio de Janeiro 1997.

Tavares, M.C. , « As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência » in : *Tavares, M. da C. et Fiori, J.*, *(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.

Théret, B., « Finance, souveraineté et dette sociale », in : *Théret, B. (éd.)*, *L'Etat, la finance et le social, Souveraineté et construction européenne*, La découverte, Paris 1995.

Théret, B., in *Appel des économistes pour sortir de la pensée unique*

Théret, B., « De la dualité de la monnaie dans les sociétés salariales », in : *Aglietta, M. et Orléan, A.*, op.cit. 1998.

Théret, B., « La régulation politique : le point de vue d'un économiste », in : *Comaille, J. et Jobert, B.*, *Droit et société*, LGDJ, Paris 1999.